

Atual

Crise política e financeira

PSD 'força' mobilidade na função pública

Passos dá apoios para casa e filhos para fazer da mudança voluntária a regra

HUGO FILIPE COELHO

O PSD vai abrir a porta à deslocação forçada dos funcionários públicos entre regiões do País. A solução de "último recurso" deve constar do programa de Governo do partido e é um dos trunfos de Passos Coelho para racionalizar o Estado.

O vice-presidente do partido, Diogo Leite Campos, considera o reforço da mobilidade um dos passos que é necessário dar para combater o desperdício. A prioridade é dar apoios aos funcionários para que troquem de serviço de livre vontade, mas a deslocação forçada também será prevista.

"Sabemos que isso tem de ser feito de forma civilizada e respeitando os direitos dos trabalhadores. Não estamos em regimes militares, mas não deixaremos de fazer o que é preciso por não haver consenso", disse ao DN.

"Até agora temos feito uma coisa errada: quando um serviço tem uma pessoa a mais reformada-antecipada-

mente, quando um serviço tem uma pessoa a menos contrata. Eu não digo que o emprego para a vida é uma utopia, mas tenho a certeza de que o emprego para a vida no mesmo sítio é mesmo uma utopia. Nos outros países a mobilidade é uma coisa normal."

A actual lei admite apenas que os trabalhadores possam ser forçados a mudar para um serviço nos concelhos limítrofes. O PSD quer acabar com esse limite territorial.

torial - "uma pessoa pode ir da Guarda para Trás-os-Montes" - mas, em contrapartida, promete apoiar as transferências. "A mudança forçada afectará um número reduzido. Temos de identificar os problemas das pessoas e ajudá-las para que possam mudar-se. Se tiver condições para isso, eu acho que uma pessoa prefere mudar-se para trabalhar onde é preciso do que ficar onde não é."

O vice do PSD mantém em aberto quais os apoios em causa, mas enumera as áreas-chave: inscrição dos filhos na escola, emprego do

cônjuge e garantias bancárias para a compra de casa.

O reforço das regras de mobilidade na função pública foi uma das medidas anunciadas pelo Governo no Outono de 2010. Tal como o PSD, o Executivo queria limitar as razões por que um trabalhador poderia recusar a deslocação: motivos de saúde, educação dos filhos ou profissão do cônjuge.

Os socialistas até começaram a discutir a proposta com os sindicatos e inscreveu os objectivos no Orçamento do Estado. Mas o processo parou, assegurou ao DN Bettencourt Picanço do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. "Há meses que não temos nenhuma reunião. O Governo está silencioso e à sombra do défice."

O sindicalista disse que os trabalhadores não se opõem a uma mobilidade que seja do seu interesse e assente na necessidade de serviços.

Picanço garante que vai esperar pelas propostas dos partidos e esperar que estes ouçam os sindicatos. Mas deixa um aviso: "Forçar os trabalhadores a saírem da sua região, a irem de Lisboa a Frelxo de Espada à Cima com a casa às costas não tem pés nem cabeça."

Passos Coelho anunciou que o programa de Governo do partido estará pronto nos primeiros dias de Maio

Sócrates tem proposta sobre mobilidade em banho-maria

PS O Governo entregou aos sindicatos uma proposta para apertar as regras de mobilidade na função pública no Outono, mas as negociações estão paradas há meses.

O Ministério das Finanças clarificava a cláusula que permite aos funcionários públicos invocar "prejuízo sério para a vida pessoal do trabalhador" em casos de mobilidade geográfica. O Governo considerou que esta era a cláusula que estava a bloquear a mobilidade dos trabalhadores.

Outra das alterações é que passava a ser dispensado o acordo do serviço de origem, em casos de transferência para fora de Lisboa ou Porto.

663

mil funcionários trabalhavam para o Estado em Outubro de 2010. Um "batalhão" que, de acordo com o Governo, diminuiu em 84 713 desde 2005.

Racionalização do sector público está nas linhas gerais

PROMESSA Nas linhas gerais do programa de Governo do PSD, que o Conselho Nacional do partido aprovou há uma semana, não está escrito especificamente o reforço da mobilidade da função pública, mas o documento prevê "a racionalização e a dignificação do sector público administrativo". O objectivo está inscrito no terceiro pilar do programa que tem como título "um Estado mais eficiente e sustentável". A par daquele, o PSD defende a reavaliação das parcerias público-privadas, a reorganização do sector empresarial do Estado, o reforço da autonomia dos municípios e a progressiva liberdade de escolha dos cidadãos na saúde.

13 740

entidades compõem o universo do Estado. O número engloba as administrações central, local e regional, empresas, institutos e fundações

Era o défice das contas públicas de 2010, segundo contas do Governo. As novas regras de contabilidade do Eurostat fizeram o buraco crescer de 1,8% para 8,8%. Má notícia para quem vier a seguir

REUTERS/CLARE MANDEL BIRBY